

Luísa Aires | José Azevedo | Maria Ivone Gaspar | António Teixeira

Coordenadores

COMUNIDADES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM E IDENTIDADES NO ENSINO SUPERIOR

O PROJECTO: @prende.com

Apoio:

Governo
da República
Portuguesa



União Europeia
– FSE/FEDER



FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
INSTITUTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

P O C I 2 0 0 4

Título Comunidades Virtuais de Aprendizagem e Identidades no Ensino Superior
Projecto @prende.com

Coordenadores L. Aires, J. Azevedo, I. Gaspar e A. Teixeira
© 2007, Autores

Edição Universidade Aberta

ISBN 978-972-674-406-2

Depósito Legal 269134/07

Execução gráfica Rainho & Neves Lda. / Santa Maria da Feira
Dezembro de 2007

Identidade, género e comunidades de aprendizagem: algumas considerações conceptuais e sua relevância empírica

*José Azevedo**

Para muitos a Internet é imaginada como uma tecnologia em que todos podem comunicar de forma igualitária independentemente do estatuto social, género, idade ou raça.

Esta asserção tem sido muito discutida e vários estudos procuram evidenciar como as hierarquias de estatuto tradicionais e as desigualdades se reproduzem na interação *online* e são até ampliadas.

Por outro lado, se considerarmos a identidade como o alicerce básico da interação social, quer na situação face-a-face, quer nas comunidades *online*, então será de todo o interesse compreender a forma como esses processos de diferenciação social/diferenciação identitária se processam no mundo desincorporado da comunidade virtual, onde muitos dos indícios, que versam sobre a personalidade e o papel social a que estamos acostumados no mundo físico estão ausentes

Palavras-chave: Identidade de género; Comunidades de aprendizagem; Investigação da identidade.

1. A definição do conceito de identidade e a sua importância para o estudo das comunidades

Isaiah Berlin enfatizava a visão de que tal como as pessoas necessitam de comer e beber, de ter segurança e liberdade de movimentos, também necessitam de pertencer a um grupo. Privados disso, sentem-se desinseridos, sós, diminuídos, infelizes. Ser humano significa, neste sentido, ser capaz de se sentir em casa algures, com os seus semelhantes.

Mas se o sentimento de pertença e os significados são encontrados nos grupos de pertença, o sentido de identidade resulta igualmente de um sentimento de dife-

* Departamento de Sociologia, Universidade do Porto, azevedo@letras.up.pt

rença face a outras comunidades. Pertencer significa simultaneamente ser incluído numa comunidade e estar separado e diferenciado de outra.

De acordo com Tajfel (1982) e outros, o ser humano procuraria uma identidade social positiva que seria obtida através de processos de comparação social e de categorização. A categorização é concebida como um instrumento cognitivo básico que permite aos indivíduos estruturar o meio social e definir o seu lugar nele. O conhecimento de que ele ou ela pertencem a certos grupos e o valor associado à pertença grupal, em termos negativos e positivos, representa a identidade social. Por outras palavras, o ser humano é inerentemente uma criatura social cujas necessidades de identidade só podem ser satisfeitas numa relação comparativa de inclusão/exclusão com outros grupos.

Do ponto de vista dos sujeitos, a identidade remete-nos sempre para a consciência de pertença a determinados grupos e, como consequência, para a não pertença a outros grupos, por exemplo, Nós somos Portugueses – Eles são estrangeiros.

Ou seja, eu pertenço a uma categoria de indivíduos que se caracteriza por partilharem uma determinada condição (por ex. portugueses, homens, etc.) e os distingue de todos os outros que não reúnem essas condições.

Defendemos aqui um estudo da Identidade segundo uma perspectiva essencialmente relacional e dinâmica, por contraposição às concepções essencialistas da mesma, que a visualizam como uma “entidade em si, estabilizada no tempo e desligada das totalidades e processos sociais nas quais é produzida” (Gros, 1994). Essa noção eminentemente relacional que o conceito de identidade tem vindo progressivamente a desenvolver no quadro problemático da Psicologia Social (veja-se a propósito Gergen, 1985) e da Sociologia (veja-se o trabalho de Madureira Pinto circunscrito ao tema “Sobre a produção social da identidade”, 1991) é conducente à configuração da Identidade não como um produto fixo e acabado, mas como uma construção interactiva, i.e., uma construção que se “alimenta sempre de alteridades, sejam elas reais ou de referência” (Madureira Pinto, 1991, p. 219). Daí, não se poder analisar a identidade fora dos sistemas de acção nos quais o indivíduo está implicado, resultando das relações de força entre todos os actores em presença.

A construção de uma identidade surge na e pela interacção com os outros. “O conhecimento de que a identidade do eu só é possível graças à identidade do outro que me reconhece, identidade ela mesma do meu próprio conhecimento” (Habermas, *cit. in* Dubar, 1991, p. 83).

Encontramo-nos no reencontro de dois processos heterogéneos: o primeiro diz respeito às atribuições pelas instituições e pelos agentes directamente em interacção com o indivíduo (actos de atribuição). Neste processo, existe uma forma variável de etiquetagem, produzindo o que Goffman (1993) chama *de identidades sociais virtuais* e que mais não é do que a identidade para outrem.

O segundo processo diz respeito à interiorização activa, ou seja, à incorporação da identidade pelos próprios indivíduos (actos de pertença). Esta interiorização não pode ser visualizada fora das trajectórias sociais nas quais os indivíduos constroem as identidades para si, a que Goffman chama *identidades sociais reais*.

Nas *identidades sociais virtuais* é importante conhecer os efeitos dos processos de etiquetagem sobre o plano da identidade, na medida em que, quando as pessoas consideram certas situações como reais, elas são reais nas suas consequências.

Realiza-se assim uma modelagem do indivíduo sobre a representação que os outros têm dele. Mas a etiquetagem social, em termos de propriedades social e emocionalmente partilhadas pelos outros, não é constitutiva da identidade. Ela só deve ser entendida pelo papel determinante que tem em relação ao sucesso ou insucesso dos projectos de identidade, que são constitutivos de uma identidade dentro dos colectivos sociais.

Nesta linha de análise é importante quebrar as categorizações simples (e a dominância política que implicam) evidenciando a complexidade de formas e polivalência de símbolos a partir dos quais tais categorias são produzidas.

Para além disso, no estudo da identidade é necessário considerar a variação dentro das categorias identitárias – i.e. mulher/ negra/ classe trabalhadora – tão importantes como as variações entre categorias identitárias.

Os trabalhos nesta tradição põem em questão os modelos que equacionam discurso e verdade; eles expõem as formas em que o discurso objectivado como verdade forma e mantém definições colectivas, e hierarquias de poder.

2. A identidade e os espaços virtuais

O *self* físico é o centro de um amplo conjunto de indícios sociais: raça, género, forma de vestir, gestos, etc., que localizam uma pessoa numa posição particular na sociedade. Estes “indícios”, entre muitos outros, são fundamentais para estruturarmos o significado das nossas interacções e para “nos orientar” numa primeira caracterização da “identidade” do outro.

Os ambientes das comunidades *online* criam novos processos de interacção que já não estão enraizadas numa realidade física partilhada. Os indícios sociais são menos visíveis no mundo virtual. Nos ambientes baseados em texto, as nossas falas emergem independentemente de qualquer *self* visível e palpável. A separação do corpo físico do processo comunicativo, que é característico dos espaços *online*, levanta assim novas questões acerca da identidade.

Actualmente, os investigadores estão divididos quanto aos efeitos das interacções *online* na formação da identidade. Por um lado autores como Gergen

(1985) consideram que o contexto da comunicação mediada por computadores proporciona a oportunidade de criação de sub-realidades próprias que podem estar ou não estar ligadas a experiências reais o que potencia situações de fragmentação do self. Por outro lado, autores como Strate (1996) ou Stone (1995) referem que os participantes em comunidades *online* actuam muitas vezes como estivessem a reunir-se num lugar físico, realçando as sensações comuns a muitos participantes de partilha de um “espaço” comum e realçam novas formas de construção identitária. Para estes autores, as limitações (ausência do corpo físico) impostas pelos novos media foram em parte ultrapassadas por intermédio de mecanismos linguísticos que auxiliam na inteligibilidade dos significados no decorrer de uma sessão comunicativa (marcadores discursivos, marcadores de prosseguimento, alternância de turnos, de encerramento, etc.). Para além disso, os media interactivos, oferecem cada vez mais mecanismos técnicos que acrescentem à interacção a noção de presença. Os *emoticons*, por exemplo, conduzem o sujeito a interpretações de ordem subjectiva – afectivas e/ou comportamentais – dos significados que carrega, devendo desse modo, exprimir aspectos que somente no presencial era possível.

Diante das argumentações expostas, somos levados a entender que no espaço de interacção mediada por computador a obliteração do corpo faz com que novos mecanismos sejam eleitos para contornar os limites impostos pelo meio, assim como anteriormente tinha ocorrido na comunicação mediada pelo telefone.

3. Género e Identidade

O conceito de género foi introduzido nos anos 70 do século XX com o intuito de referir as formas culturais específicas do masculino e do feminino em oposição ao determinismo biológico que se debruçava apenas sobre as diferenças físicas entre homens e mulheres (Schiebinger, 1999). Segundo Monteiro Ferreira (2002, p. 76), o *género* refere-se à “aprendizagem e construção social dos indivíduos em função do seu sexo biológico” e fornece um sistema de compreensão dos mecanismos que transformam as actividades biológicas em actividades sociais.

De acordo com Amâncio (2003), o conceito de género nasceu do debate do feminismo da segunda vaga e vem colocar a questão das diferenças entre os sexos (nomeadamente a questão da desigualdade) na agenda da investigação social.

O termo identidade de género, refere-se à forma como um indivíduo (homem ou mulher) se apropria de determinados aspectos das ideologias de género integrando-os na sua noção de si próprios (Schiebinger, 1999). A identidade de género será, então, uma variável dependente que, no contexto das ciências sociais, sig-

nifica um conjunto de traços ou estereótipos (comportamentos, atitudes, valores, crenças) associados ao sexo biológico.

Várias correntes e movimentos feministas^I introduziram a ideia que ser homem ou mulher é uma ideia construída culturalmente e não um traço que derive diretamente da pertença biológica a um dos sexos. Estas correntes tem procurado evidenciar e promover a heterogeneidade das subjectividades masculinas e femininas e promover a ruptura dos papéis tradicionalmente associadas a cada género.

4. Questões de género, identidade e comunidades de aprendizagem

A compreensão da formação da identidade é um conceito chave para o estudo da educação e a sua relação com as questões de género. De acordo com Brickhouse (2001), a identidade deve ser vista como a compreensão que alguém tem de si próprio em relação ao seu passado e ao seu potencial futuro. Para além disso, como vimos anteriormente, a identidade diz respeito tanto à forma como alguém participa no mundo como à forma como os outros interpretam essa participação. Consequentemente, embora os indivíduos tenham algum controlo sobre a identidade, estão também constrangidos pelas reacções de poder e estruturas que podem limitar os tipos de identidades viáveis. Como nos diz Wenger (1998), as competências são adquiridas pela participação nas actividades e também através de mediadores que, neste caso, ajudam os estudantes a movimentarem-se entre a comunidade escolar e a comunidade científica. A aprendizagem deve ser vista como um processo de formação da identidade, como consequência de uma participação activa numa prática social (Lave, 1991).

Com base nestas suposições, alguns académicos feministas acreditam que as jovens podem recusar participar em determinadas actividades educativas (por exemplo, estudos/carreiras ligadas a certas ciências ou tecnologias) por considerarem que são incongruentes com as identidades de género (Carlone, 1999).

Segundo Brickhouse (2000), a forma como os estudantes se envolvem na ciência escolar é influenciada pela forma como os estudantes se vêem a si mesmos e se consideram ser ou não o tipo de pessoa que segue uma carreira na área da ciência. É por isso crucial compreender as identidades dos estudantes e a forma como eles se identificam com as identidades disponíveis na comunidade escolar.

À medida que os estudantes transformam as suas identidades vão aprendendo o conhecimento e as competências necessárias à sua participação nas novas comu-

^I Existe um grande leque de abordagens com importantes diferenças mas que partilham a mesma visão anti essencialista da identidade, por ex. construcionismo social, construtivismo, pós-modernismo.

nidades em que se envolvem. Assim, se os estudantes pretendem, por exemplo, aprender ciência, devem desenvolver identidades compatíveis com as identidades científicas que lhes são propostas.

A identidade individual não é necessariamente única ou estável, uma pessoa pode aspirar a pertencer a diversas comunidades ao mesmo tempo. Além disso, as comunidades em que os estudantes se inserem também podem mudar. Por estas razões é importante examinar as múltiplas identidades sociais dos estudantes.

5. Orientações para futura investigação

Tendo apresentado a importância e a definição dos conceitos e existindo uma escassa investigação nesta área, consideramos importante salientar algumas precauções a ter em conta no desenho da investigação.

As orientações para futura investigação são apresentadas na forma de duas questões de investigação relacionadas com a conceptualização e operacionalização da identidade de género. As questões colocadas derivam das concepções teóricas apresentadas e tem profundas implicações para o desenho da investigação nesta área.

Questão 1: Quais as variáveis de género mais relevantes para o estudo em consideração?

Com base na revisão da literatura apresentada, a identidade de género pode ser vista como um constructo multifactorial, que coloca uma série de dificuldades para capturar a sua complexidade. Assim, os investigadores ao conceptualizarem a forma como o género vai ser incluído no seu estudo necessitam de ponderar cuidadosamente quais as dimensões de identidade relevantes para o estudo em questão. Para esta clarificação é necessário que se diferenciem claramente dimensões como, autoconceito de género, traços instrumentais/expressivos, atitudes e papéis de género, comportamentos, e interesses.

Se esta análise não é cuidadosamente efectuada, é natural que surjam problemas de operacionalização bem como imprecisões conceptuais cujas mais comuns são a confusão entre simples comparação dos sexos com leituras de género.

Por outro lado, é igualmente necessário avaliar as razões para incluir a dimensão do género na nossa análise. Como princípio geral diríamos que o género deve ser incluído como dimensão a considerar em situações que é crucial compreender não somente o impacto da nossa identificação com traços de personalidade ligados ao género, mas também o impacto das nossas atitudes em relação a papéis e comportamentos com leituras de género.

Questão 2: Nas comunidades de aprendizagem é a pessoa ou a situação o determinante nas questões de género?

Outra questão significativa que necessita atenção é a interacção entre identificação de género (definida como o grau em que o indivíduo invoca a sua identidade de género) e relevância de género, que indica quando é esperado que exista uma resposta/atribuição dependente do género. Neste sentido é importante avaliar se as respostas dos sujeitos dependem fundamentalmente de dimensões de identificação ou da relevância das situações.

As acções dos estudantes tornam-se uma expressão das suas identidades sociais e, neste contexto, os indivíduos também se vêem forçados a adoptar uma identidade social de género.

As identidades baseadas no género não são estáticas e devem ser sempre contextualizadas – a forma como as jovens experienciam o género depende de vários factores como a sua localização social dentro de uma série de hierarquias, incluindo as de etnia e de classe (Zinn, 1996). De acordo com Brickhouse (2000), as identidades dos estudantes, assim como as respostas dos professores a essas identidades, não são determinadas apenas pelo género mas também por outros factores como a etnia, a classe social entre outros factores que fazem com que a construção da identidade se possa considerar um fenómeno complexo.

Especificamente, os investigadores devem explorar a interacção entre identidade de género e relevância de género em diferentes situações. Assim, os investigadores devem examinar estudantes em diferentes contextos para determinar como a combinação homens e mulheres e papéis de género dentro de um grupo afecta identificações e relevância de género. Por exemplo, a investigação vem demonstrando que o género é mais relevante para todos os elementos de um grupo quando a proporção de homens e mulheres é muito desequilibrada. (Abrams, Sparkes, and Hogg 1985; Kanter 1977). Por exemplo, uma rapariga que estuda num ambiente predominantemente masculino ou um rapaz que está num contexto fundamentalmente feminino podem estar mais conscientes do seu género e terem processos de identificação diferenciados de um contexto em que os sexos estão mais equilibradamente distribuídos.

Referências Bibliográficas

- ABRAMS, DOMINIC, K. SPARKES, AND MICHAEL A. HOGG (1985). "Gender Salience and Social Identity: The Impact of Sex of Siblings on Educational and Occupational Aspirations". *British Journal of Educational Psychology* 55: pp. 224-232.
- AMÂNCIO, L. (2003). *O Género nos Discursos das Ciências Sociais. Análise Social*, 38, pp. 687-714.
- AUBE, JENNIFER AND RICHARD KOESTNER (1994). *A Multidimensional Approach to the Study of Gender Development*. Unpublished manuscript, McGill University.

- BRICKHOUSE, N., J. POTTER (2001). "Young Women's Scientific Identity Formation in an Urban Context". *Journal of Research in Science Teaching*, vol.3 8 Nffl.8, pp. 965-980.
- BRICKHOUSE, N., P. LOWERY, K. SCHULTZ (2000). "What kind of a Girl Does Science? The Construction of School Identities". *Journal of Research in Science Teaching*, 37 Nffl.5, pp. 441-458.
- CARLONE, H. (1999). *Identifying and explaining the meaning of "scientist" in school science: Implications for the participation of girls*. Paper presented at the Annual Meeting of the American Educational Research Association, Montreal, Quebec.
- DUBAR, C. (1997). *A Socialização: Construção das Identidades Sociais e Profissionais*. Porto: Porto Editora.
- FERREIRA, A. M. (2002). *Desigualdades de género no actual sistema educativo português: sua influência no mercado de emprego*. Coimbra: Quarteto Editora.
- GERGEN, K. J. (1985). "The social constructionist movement in modern psychology". *American Psychologist*, 40, pp. 266-275.
- GOFFMAN, E. (1993) *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*, Lisboa: Relógio D'Água.
- GROS, C. (1994) "Identité et couleurs en Amérique latine", *Cahiers des Amériques latines*. Dossier.
- KANTER, ROSABETH MOSS (1977). "Some Effects of Proportions on Group Life: Skewed Sex Ratios and Responses to Token Women", *American Journal of Sociology* 82: pp. 965-990.
- LAVE, J., WENGER, E. (1991). *Situated learning: Legitimate peripheral participation*. Cambridge UK: Cambridge University Press.
- MARTELO, M. (1999). *A Escola e a Construção de Identidade das Raparigas: O Exemplo dos Manuais Escolares*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- PINTO, M. M. (1991) – "Considerações sobre a produção social da identidade", in *Revista Crítica das Ciências Sociais*, nº 32, Coimbra, pp. 217-231.
- SCHIEBINGER, L. (1999). *Has feminism changed science?* Cambridge, MA: Harvard University Press.
- STONE, A. (1995). *The war of desire and Technology at the close of the mechanical age*. Cambridge. MA: MIT Press.
- STRATE, L. (1996). "Cybertime". In L. Strate, R. Jacobson, Eds. *Communication and cyberspace*, pp. 351-377. Cresskill, NJ. Hampton Press
- TAJFEL, H. (1982). *Social Identity and Intergroup Relations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WENGER, E. (1998). *Communities of Practice. Learning, Meaning and Identity*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ZINN, M. D., B. (1996). "Theorizing difference from multiracial feminism". *Feminist Studies*, 22, pp. 321-331.

Verdade e identidade digital: a comunidade como partilha das máscaras

*António Teixeira**

A sociedade contemporânea refez-se na rede. A designada Web 2.0 veio consagrar a dimensão fundamentalmente social da Internet. Em consequência, as comunidades virtuais nascem e desenvolvem-se a um ritmo vertiginoso. Contudo, como se podem verdadeiramente ligar todas estas pessoas que entre si apenas partilham o discurso? Como se podem unir as pessoas apenas pelo que dizem de si? Qual pode ser a verdade dessa identidade?

Na nossa breve reflexão pretendemos mostrar como o legado filosófico, especialmente o de Paul Ricoeur, oferece a possibilidade de melhor compreender a natureza fundamentalmente hermenêutica da identidade e, consequentemente, do seu fundamento discursivo. Porque a nossa identidade é, afinal, o que resta do discurso sobre nós próprios, particularmente numa comunidade estritamente discursiva como a digital.

Palavras-chave: Comunidades virtuais; Identidade; Identidade discursiva; Verdade

1. A Verdade na Rede

A sociedade enredou-se na rede. Grande parte da nossa vida, da informação que utilizamos, das decisões que tomamos, passa hoje pela Internet. Consequentemente, a nossa imersão nesta dimensão paralela da existência real cresce a cada ano que passa. Com efeito, um conjunto de novas ferramentas de comunicação têm vindo a agilizar e aprofundar o nível de interacção dos internautas. À medida que vamos entrando decididamente no novo milénio, a nossa existência parece ultrapassar, pois, os limites da realidade e abarcar uma dimensão virtual. Em si próprio, este fenómeno não é radicalmente novo. Como Pierre Levy (1994) tem vindo a sublinhar bem nos seus trabalhos, desde o aparecimento da escrita que se quebrou a unidade semântica natural entre os actores da comunicação. Quando, nas culturas orais, os actores da comunicação partilhavam o mesmo horizonte semântico, o mesmo fluxo vivo da interacção, nas culturas escritas, a mensagem passou a ser

* Universidade Aberta, amt@univ-ab.pt.

descontextualizada em relação aos respectivos emissor e receptor. Neste sentido, a emergência do ciberespaço apenas vem aprofundar esta dimensão paralela da comunicação. Todavia, o recente fenómeno das comunidades virtuais vem colocar uma questão fundamental acerca da rede: qual é a verdade destas relações? O que é que *realmente* faz juntar as pessoas num espaço/tempo absolutamente *virtual*?

Em princípio, o que pode juntar os seres humanos é o sentimento da partilha de algo. Na verdade, embora esse sentimento se possa reduzir a uma percepção não apoiada numa troca real, terá de existir sempre uma expectativa de partilha para que duas ou mais pessoas se juntem e comuniquem. Naturalmente, o conteúdo dessa partilha pode ser variado. O desejo de comunicar pode ter como suporte a intenção de partilhar informação sobre uma pluralidade de objectos. Porém, quando esse desejo se projecta, coloca-se inevitavelmente uma questão fundamental, que é a do valor da comunicação. O que vale e de que vale, afinal, comunicar? Esse valor assenta necessariamente na percepção de quem comunica sobre a fiabilidade da sua comunicação, ou seja, sobre a sua veracidade. É esta fidedigna? Possuirá a referida troca valor pelo conteúdo da comunicação ou valerá ela apenas por si, por nada (de) mais?

O termo «fidedigno» que constantemente se aplica ao juízo sobre o conteúdo da comunicação sugere uma interessante síntese entre dois conceitos diferentes. Trata-se dos conceitos de «fidelidade» e de «dignidade». O primeiro lembra-nos que a informação deve ser verificável. Por outras palavras, o que é dito deve corresponder à verdade daquilo que diz. A informação deve ser, pois, verosímil. Não se deve dizer o que não é. Por outro lado, a informação deve ser digna. Deve respeitar a integridade de quem a recebe e de quem a emite. Deve ser credível, ou seja, passível de nela se acreditar. Em suma, só deve dizer algo quem pode saber o que diz. Do mesmo modo, só aceitamos acreditar em quem julgamos saber o que diz.

As questões da veracidade, verosimilhança e credibilidade da rede constituem tópicos habituais na análise da Internet enquanto fenómeno comunicativo. Elas ligam-se, na sua essência, a uma outra questão, que é a do controle da rede. Como sabemos, o problema da veracidade da informação circulante na rede não se reduz à qualidade da informação. Cada vez mais a rede é também utilizada para fazer circular contra-informação. O excesso comunicativo que a caracteriza pressupõe, por definição, o descontrolo sobre o conteúdo ou os fluxos comunicativos. Nesse sentido, muitas vezes a informação é mascarada pela produção de outra informação cujo único valor é desacreditar a informação circulante. Este fenómeno não se restringe às organizações, inclui também os indivíduos.

O que nos preocupa nesta reflexão, porém, é compreender o que faz juntar as pessoas em associações comunitárias virtuais, estabelecidas apenas com base no que os seus elementos dizem, ou mostram, sobre si ou os outros. À partida, pode-

ríamos afirmar que as comunidades virtuais resultam da coincidência de interesses de um conjunto determinado de internautas em relação a um determinado conteúdo informativo, a uma certa troca. Todavia, essa troca dá-se num determinado cenário, o qual afecta a percepção do seu valor. A *confiabilidade* da relação comunicativa decorrerá assim também das características da estrutura de acolhimento dessa coincidência de interesses. Com efeito, poderemos participar em diferentes tipos de comunidades virtuais. Se se tratar de uma classe virtual integrada num curso oferecido por uma Universidade, por exemplo, é natural que a certificação institucional assegure uma percepção da dignidade da troca maior do que aquela que uma simples associação informal de colecionadores de selos poderá gerar. Já a percepção de fidelidade informativa não depende necessariamente do cenário. Nos exemplos apresentados, a percepção de fidelidade poderá, de facto, ser semelhante.

No entanto, a questão remanesce. Quando nos juntamos numa comunidade, quando nos associamos a um determinado grupo virtual, fazemo-lo com a noção de que essa realidade é real? Aparentemente, a resposta é positiva, mesmo que utilizemos nomes convencionais, códigos, julgamos que alguém está do outro lado. Alguém que não é imaginário, embora possa ser imaginado. Confiamos, então, que lá está alguém. O que nos leva a confiar que lá está alguém? Porque nos responde, porque nos diz algo (de si ou do mundo). Que partilhamos com ele/eles? O discurso. O que sabemos deles? O que discorrem. Quem são, então? E quem somos nós, afinal? Poderemos afirmar que somos apenas as máscaras que o discurso constrói.

Ao chegarmos a este momento, surge de modo muito claro a necessidade de estabelecer uma ruptura entre as categorias tradicionais da cultura escrita e as da cibercultura, para utilizar a expressão consagrada por Pierre Levy (1994). Desde logo, a noção de *autoria* desliga-se da de *autoridade*, voltando esta a aproximar-se da de *interpretação*. Na verdade, o *autor*, figura central na cultura escrita moderna, não pode ser mais a principal fonte de autoridade, pela qual se avalia a fidelidade da informação. Pelo contrário, a figura do *intérprete*, sempre presente nas tradições orais, volta a ser importante na sua acção de actualização ou modulagem de uma autoridade externa.

2. A Verdade da Rede

Para compreender a rede enquanto fenómeno comunitário, julgamos que é importante introduzir a noção de identidade narrativa, tal qual foi proposta pelo filósofo francês Paul Ricoeur, nomeadamente em *Soi-même comme un autre*

(Ricoeur, 1990). Na verdade, se a rede enquanto tal constitui um texto, uma grande narrativa, ela não é uma meta-narrativa. Pelo contrário, a rede embora descreva não elimina a ficção. Não é esse o seu sentido. Daí representar bem a pós-modernidade. Ela não pretende introduzir qualquer coerência articulatória que integre a história, a própria vida humana, num único enredo com sentido (*consentido*), num único sentido, exclusivo, que afaste toda a diferença como desviante. A rede enquanto texto não constituiu um caminho narrativo exclusivo e fechado, uma história que pela sua auto-suficiência exclui todas as outras, tornadas irrelevantes. Pelo contrário, a rede é uma pura ficção. Por definição ela é uma alternativa criativa, um não-estipulado e não-decretado, um nunca-ouvido-antes e um inesperado. Neste sentido, em que se baseia a verdade das suas personagens? Quem são verdadeiramente?

O desafio que o pensamento de Ricoeur nos coloca é o da reintegração da ficção, das histórias possíveis, não enquanto fábulas, mas como desdobramentos narrativos da realidade tal como eu a posso entender. Com efeito, uma das estruturas fundamentais da filosofia ricoeuriana é a hermenêutica da suspeita, a crítica das ilusões e da assumpção por parte quer da filosofia, quer do senso comum, de um ego auto-suficiente e auto-reflexivo. Ricoeur, como é sabido, condena e combate quer a exclusividade da explicação racional, quer a ilusão da compreensão imediata. O filósofo não pode aceitar, de facto, a irracionalidade da compreensão imediata, concebida como uma extensão ao domínio dos textos da empatia pela qual um sujeito se coloca enquanto consciência exterior numa situação de intensidade face-a-face. Em seu lugar, Ricoeur sugere que se tome um «desvio» pela «via longa»:

“Ao invés da tradição do cogito e da pretensão do sujeito de conhecer por intuição imediata, tem de ser dito que nos compreendemos a nós próprios apenas pelo longo desvio dos sinais de humanidade depositados nas obras culturais.”
(Ricoeur, 1981)

Quando o atalho ilusório da imediatez se torna patente, redescobrimos a necessidade da mediação. Ora, a ficção é uma das formas de manifestação textual que realizam essa mediação. Em *Soi-même comme un autre*, Ricoeur (1990) apresenta-nos uma metáfora tão feliz quanto significativa a esse respeito. Com efeito, a literatura prova ser um vasto laboratório de experiências do pensamento, no qual os recursos da variação acompanhados pela identidade narrativa são testados pela narração.

Quando aprofundamos o conhecimento da obra de Ricoeur, torna-se nítido que, na sua perspectiva, a ficção constitui, de facto, um dos conceitos-chave pelos quais a vida colectiva e pessoal pode desenvolver uma identidade, bem como experimentar a mudança e a transformação.

Para o filósofo, é claro que a ficção narrativa «imita» a acção humana na medida em que não apenas, antes de se referir ao texto, ela refere a nossa própria pré-compreensão das estruturas significativas da acção e das suas dimensões temporais, mas também porque contribui, para além do texto, na adequação destas estruturas e dimensões de acordo com a configuração imaginária do enredo. A ficção possui, assim, o poder de “refazer” a realidade e, particularmente no quadro da ficção narrativa, refazer a *praxis* real até ao ponto em que o texto aspire intencionalmente a formar uma nova realidade a que poderemos chamar mundo. É este mundo do texto que intervém no mundo da acção de modo a reconfigurá-lo ou transfigurá-lo (Ricoeur, 1983).

A aplicação deste poder transfigurador da ficção à nossa identidade pessoal e biográfica, como Ricoeur propõe em *Soi-même comme un autre* (1990), revela-se, pois, decisivo na compreensão do próprio fenómeno da comunicação, enquanto instância de desenvolvimento pessoal. Em consonância com a sua crítica à exclusividade da filosofia do *ego*, o filósofo caracteriza como unilateral e insuficiente a compreensão, tida como dada e adquirida, da identidade como mesmidade. Com a ajuda da distinção entre *idem* e *ipse*, Ricoeur consegue apontar uma nova e mais importante forma de identidade: a identidade *ipse* ou ipseidade.

Podemos discernir, duas formas de permanência no tempo, a “perseverança do carácter” e a “constância do si em promessa”, na manutenção da palavra. Nesta distinção básica, o papel e o significado da ficção torna-se claro. Enquanto a identidade *idem*, ou mesmidade, é constituída por um sujeito idêntico a si mesmo, e portanto não tão dependente de outros recursos, a identidade *ipse*, ou ipseidade, deve-se à mediação pelas obras culturais, e em particular as narrativas. Ela depende da ficção narrativa e toma forma no «laboratório das experiências do pensar». Assim, Ricoeur pode falar da unidade narrativa do pensar como uma *instável mistura de fabulação e experiência real*. É precisamente devido ao carácter iludente da vida real que necessitamos a ajuda da ficção para organizar a vida retrospectivamente, após ela ter acontecido, preparados para tomar apenas como provisória, e passível de revisão, qualquer figura do enredo emprestada pela ficção ou pela história.

A identidade narrativa é, assim, o resultado (por muito provisório que seja) desse tipo de interacção narrativa no qual lemos e nos relacionamos com as variadas narrativas que nos rodeiam. Quando a identidade pessoal é entendida como identidade narrativa, o sujeito aparece tanto como leitor como escritor da sua própria vida. Seguindo a argumentação de Ricoeur, em *Temps et récit* (1983), a história de uma determinada vida continua a ser refigurada por todas as histórias verdadeiras ou ficcionadas que um sujeito conta de si próprio. Esta refiguração faz da sua própria vida um emaranhado de histórias contadas.

A ideia condensada no título de *Soi-même comme un autre* é, portanto, a ideia da primazia do Outro. A Ipseidade e o tipo de permanência no tempo que lhe é própria é constituída pela resposta a um Outro, ao chamamento do Outro, à necessidade do Outro e ao desejo do Outro contar comigo. Daí que seja a promessa de cumprimento da minha palavra, com toda a confiança, de ser acolhedor e responsável, apesar de todas as mudanças no tempo, que caracterizam a identidade de si.

O modelo ricoeuriano do «desvio» hermenêutico, da «via longa» contrasta tanto com os modelos explicativos unidimensionais, os quais apresentam uma linha descritiva ou de análise unidireccionais, e a compreensão imediata, que apresenta a dimensão do encontro face-a-face. Pelo contrário, o «desvio» apresenta novas dimensões, um triângulo. Convida a prática da multi-perspectividade e da inovação semântica.

3. Conclusão

A relação comunicativa que os internautas estabelecem quando partilham uma comunidade enquadra-se nesse «desvio», nessa imersão no mundo da linguagem e do seu carácter equívoco. Esta imersão implica adquirir uma noção do excesso de significação e da veemência ontológica própria da equivocidade da comunicação virtual.

Nas comunidades virtuais não se dá apenas uma mudança de espaço. Dá-se também uma mudança do tempo. Passa a ser o nosso tempo. E este o da resposta, o da narrativa dos outros, o do Outro que também nós somos. Assim, o legado filosófico da antropologia hermenêutica de Ricoeur ajuda-nos a compreender que o fenómeno das comunidades virtuais não deixa de constituir em si próprio uma expressão de verdade. A verdade que nos leva a acreditar nesses projectos ficcionais é que necessitamos acreditar nos outros para poder acreditar em nós próprios enquanto projecto discursivo. Para compreendermos a realidade é necessário, antes, compreendermo-nos enquanto realidade. E para isso, é preciso aprender a vermo-nos como o resultado da simples procura de contarmos as nossas histórias, de nos ficcionarmos como possíveis outros, de nos aceitarmos como aquilo que resta do que podíamos ter sido. Enfim, a nossa verdade é a nossa máscara e as comunidades virtuais, nas quais todos são o que dizem ser, o espaço de partilha por excelência de todas as máscaras que também poderíamos ter.

Referências Bibliográficas

- STANDISH, P. (Org.) (2000). *Enquiries at the Interface: Philosophical Problems of Online Education*, Oxford e Malden, Blackwell Publishers.
- CASTELLS, M. (2001). *La galáxia de internet*, Barcelona, Plaza Janés.
- CASTELLS, M. (1997). *La era de la información. Economía, sociedad y cultura*, vol. I. Madrid, Alianza.
- CASTELLS, M. (2001). *La era de la información. La sociedad red*, vol. II. Madrid, Alianza.
- CASTELLS, M. (2001). *La era de la información. El poder de la identidad*, vol. III. Madrid, Alianza.
- CASTELLS, M. (2001). *La era de la información. Fin de milenio*, vol. IV. Madrid, Alianza.
- LÉVY, P. (1994). *L'intelligence collective. Pour une anthropologie du cyberspace*, Paris, Ladécouverte.
- LÉVY, P. (1997). *Cyberculture*, Paris, Odile Jacob.
- RICOEUR, P. (1983). *Temps et récit*, Tomo I, *L'intrigue et le récit historique*, Paris, Seuil.
- RICOEUR, P. (1990). *Soi-même comme un autre*, Paris, Seuil.
- RICOEUR, P. (1981). "The hermeneutical function of distancing" in *Hermeneutics and the Human Sciences: Essays on Language, Action and Interpretation*, ed. e trad. John B. Thompson, Cambridge, Cambridge University Press, pp, 131-144.
- SLEVIN, J. (2000). *The Internet and Society*, Cambridge, Polity.

